

RAZÃO, CONATUS E AFETOS:

O CAMINHO SPINOZANO PARA A LIBERDADE

KÍVINA DE OLIVEIRA RIBEIRO *

DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.52521/CONATUS.V17I28.16211](https://doi.org/10.52521/CONATUS.V17I28.16211)

INTRODUÇÃO

A busca pela verdadeira liberdade, em Spinoza, exige uma transformação profunda do intelecto humano, capaz de se afastar da percepção distorcida da realidade proporcionada pelos afetos passivos. Estes, que não decorrem de causas adequadas, como paixões e desejos que escravizam o indivíduo, comprometem a percepção tanto do mundo quanto de si mesmo. Em contrapartida, os afetos ativos nascem quando se compreende racionalmente as causas das paixões e das ações, sendo frutos do conhecimento e da autodeterminação. Ao agir sob a luz da razão, o ser humano torna-se a causa adequada de seus afetos, em vez de permanecer objeto passivo de influências externas. Nesse sentido, a emancipação da mente ocorre na medida em que os afetos passivos são substituídos por afetos ativos, de modo que a vida passa a ser orientada não mais pela ignorância, mas pela compreensão adequada das causas que nos afetam, que reconhece a realidade tal como ela é. Essa liberdade racional culmina na beatitude, concebida por Spinoza como o mais elevado estado humano. Diferentemente de um prazer passageiro, a beatitude configura-se como uma alegria profunda e duradoura, fruto do conhecimento pleno de Deus, isto é, da realidade enquanto totalidade ordenada e necessária.

Trata-se, portanto, de uma satisfação vinculada ao aperfeiçoamento do intelecto, no qual este encontra a sua perfeição. Com efeito, a beatitude não corresponde a uma recompensa externa, mas à realização da mente que compreende e ama a realidade tal como ela é. Para alcançar essa condição, Spinoza indica como primeiro passo a correção do intelecto:

* Graduada em Filosofia e mestranda em Filosofia na UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE.

“Antes de tudo, porém, deve excogitar-se o modo de curar o intelecto e purificá-lo quanto possível desde o começo, a fim de que entenda tudo felizmente sem erro e da melhor maneira.” (TIE, §16). A purificação do intelecto é indispensável para superar o apego às coisas efêmeras, raiz das paixões que perturbam a mente, e atingir a verdadeira liberdade. O presente artigo tem por objetivo examinar, a partir do *Tratado da Reforma do Intelecto* (TIE)¹ e, sobretudo, da *Ética*², o papel do aperfeiçoamento do intelecto e da ordenação dos afetos no caminho que conduz à beatitude. Pretende-se mostrar como, em Spinoza, a liberdade não consiste na ausência de limites, mas na compreensão racional da ordem necessária da natureza, de modo que a vida racional se apresenta como o percurso que conduz à plenitude da mente.

A NECESSIDADE DA CORREÇÃO DO INTELECTO

Segundo Spinoza, a verdadeira liberdade só pode ser alcançada por meio do conhecimento adequado. Para o filósofo, a liberdade não consiste no arbítrio desregrado ou na mera possibilidade de escolher entre alternativas, mas na compreensão racional da ordem necessária da Natureza. Assim, ser livre é compreender as causas que nos determinam, agindo em conformidade com a nossa natureza como ela é, sem distorções oriundas de afetos passivos ou paixões:

1 Para citar o *Tratado da Reforma do Intelecto*, utilizo sua nomenclatura original em latim, *Tractatus de Intellectus Emendatione* (abreviado como TIE), seguida do símbolo “§” e do número correspondente ao parágrafo da obra.

2 Para as citações da *Ética* de Spinoza, utilizo a abreviação **E** para identificar a obra, seguida pelo número correspondente à parte (**1**, **2**, **3**, **4** ou **5**) e, em seguida, pelo identificador específico: **Def** para definições, **Ax** para axiomas, **P** para proposições e **Ap** para apêndices, sempre acompanhados do número correspondente (por exemplo, *E1Def3* refere-se à terceira definição da Parte 1; *E2Ax2*, ao segundo axioma da Parte 2; *E3P5*, à quinta proposição da Parte 3; *E4Ap*, ao apêndice da Parte 4).

Os homens enganam-se ao se julgarem livres, julgamento a que chegam apenas porque estão conscientes de suas ações, mas ignoram as causas pelas quais são determinados. É, pois, por ignorarem a causa de suas ações que os homens têm essa ideia de liberdade. (E2P35).

Para vivenciar à felicidade suprema, é imprescindível aprimorar uma liberdade que decorra do conhecimento adequado da Substância, ou seja, a totalidade do que existe. Essa liberdade dos modos finitos envolve um determinismo, onde as leis naturais regem a ordem do universo. Por isso, quanto mais o ser humano compreende a ordem necessária da Natureza, isto é, a Substância manifestando-se por infinitos modos, mas ele se liberta da servidão dos afetos passivos e do domínio das causas externas. Essa libertação não consiste em romper o encaideamento causal das coisas, mas em tornar-se cômico dele, agindo segundo a razão. Nesse sentido, a liberdade spinozana é inseparável do conhecimento, pois apenas quem entende os nexos causais que constituem sua existência pode guiar-se por ideias adequadas e, assim, agir em vez de apenas padecer (E4P67). É justamente a ausência desse conhecimento adequado que leva à falsidade e à servidão: como diz Spinoza, “a falsidade consiste na privação de conhecimento que as ideias inadequadas, ou seja, mutiladas e confusas, envolvem” (E2P35).

As ideias inadequadas nos aprisionam porque não revelam a realidade tal como ela é, mas nos mantêm nas aparências e nas paixões. Spinoza mostra ainda que essas ideias inadequadas não surgem por acaso: “seguem-se umas das outras com a mesma necessidade que as ideias adequadas” (E2P36). Isso significa que a ignorância também possui uma ordem e causalidade própria, e que só pode ser superada pelo esforço contínuo do intelecto em buscar clareza e distinção. Portanto, a liberdade não depende apenas de querer ser livre, mas de um trabalho racional constante para substituir ideias confusas por ideias adequadas.

O jovem Spinoza já criticava o desejo cego por bens materiais e as metas convencionais buscadas pela maioria das pessoas, afirmando que tais objetivos apenas distraem a mente e impedem o reconhecimento do que é eterno e necessário. No *Tratado da Reforma do Intelecto* (TIE), o filósofo fala: “Verificava, assim, que se, por acaso, a suprema felicidade consistisse

naquelas coisas, iria privar-me delas; se, porém, nelas não se encontrasse e só a elas me dedicasse, também careceria da mesma felicidade” (TIE, §2). Dessa forma, Spinoza demonstra que o apego a bens passageiros desvia o intelecto de seu verdadeiro propósito. Essa perspectiva se distancia da visão convencional da felicidade, que é frequentemente associada à posse de bens materiais, ao prazer sensível e à aprovação social. Para Spinoza, essas metas externas são fontes de distração, pois elas não apenas não levam à verdadeira felicidade, mas também impedem o desenvolvimento do intelecto e da virtude. Ao contrário, a verdadeira felicidade consiste na realização plena da própria natureza humana, que é alcançada através do aperfeiçoamento contínuo do intelecto, permitindo ao ser humano viver de acordo com a ordem natural.

A correção do intelecto se torna, portanto, uma necessidade fundamental para o ser humano. Ao perceber suas próprias limitações e fraquezas, o indivíduo é movido a buscar uma perfeição maior, como expresso em outro trecho do TIE: “O homem concebe alguma natureza humana muito mais firme que a sua, vendo, ao mesmo tempo, que nada obsta a que adquira tal natureza, sente-se incitado a procurar os meios que o conduzam a tal perfeição” (TIE, §13). O conhecimento adequado das causas e da ordem natural culmina na experiência da beatitude, isto é, pela união do intelecto e do corpo à ordem necessária da Natureza. Spinoza reforça que “é da natureza da razão considerar as coisas não como contingentes, mas como necessárias” (E2P44). Ou seja, a razão não vê os eventos como frutos do acaso, mas como expressões inevitáveis da ordem da Natureza. Essa mudança de perspectiva, do contingente ao necessário, é o que permite ao ser humano agir com liberdade verdadeira, pois compreende que tudo se dá conforme uma ordem necessária.

Spinoza sintetiza essa ideia na *Ética* ao afirmar que “a ordem e a conexão das ideias é o mesmo que a ordem e a conexão das coisas” (E2P7). Isso significa que a beatitude não é apenas uma experiência intelectual, mas uma vivência integral que envolve o ser humano em sua totalidade, unindo mente, corpo e a Natureza.

Spinoza destaca que, ao compreender as causas que o determinam, o ser humano aumenta sua capacidade de agir, deixando de ser conduzido

apenas por influências externas e tornando-se mais ativo em sua existência. Assim, a verdadeira liberdade não é um estado de ausência de restrições, mas um estado de conformidade com a razão, onde as ações se tornam um reflexo da compreensão adequada da realidade. A liberdade é, portanto, uma consequência do conhecimento: quanto mais entendemos a natureza das coisas e a conexão entre elas, mais livres nos tornamos, pois somos capazes de agir conforme as leis naturais que regem o universo.

O filósofo vai ainda mais longe ao sugerir que a verdadeira felicidade ou beatitude não depende da obtenção de bens materiais ou da realização de desejos transitórios, mas da união do intelecto com a ordem necessária da Natureza. Nesse sentido, a felicidade não é um estado de prazer momentâneo, mas uma vivência contínua que se desenvolve com o uso da razão e encontra sua plenitude na *scientia intuitiva*. Ao buscar a perfeição do intelecto e da razão, o homem encontra sua verdadeira realização, uma realização que não é passageira nem dependente de fatores externos.

Em suma, a liberdade e a felicidade, para Spinoza, não são condições externas ou algo a ser conquistado por meios externos, mas são, antes, o resultado do conhecimento adequado, da correção do intelecto e da compreensão da ordem natural. A busca por um bem fixo e imutável, que é a verdadeira liberdade, não é algo que se conquista fora de si, mas se alcança por meio do próprio processo de conhecimento e aperfeiçoamento do intelecto, alinhado com a virtude e a razão.

CONATUS E A ORDENAÇÃO DOS AFETOS

Após compreendida a necessidade da correção do intelecto para experienciar um conhecimento adequado e, por conseguinte, a beatitude, torna-se imprescindível compreender o papel fundamental que o *conatus*, o esforço para perseverar na existência, desempenha nesse processo. Em Spinoza, esse conceito não é apenas um impulso biológico, mas uma manifestação da própria essência de cada coisa. Em E3P6, ele declara que “cada coisa esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser”, e esse esforço é sustentado pela potência pela qual ela existe e age, ou seja, pela potência divina expressa singularmente em cada modo.

Esse *conatus* não é um ato isolado da vontade, mas sim a essência atual da coisa, conforme o próprio autor afirma na E3P7: “o esforço pelo qual cada coisa se esforça por perseverar em seu ser nada mais é do que a sua essência atual.” No caso do ser humano, esse esforço se manifesta de diferentes maneiras, conforme a clareza e distinção das ideias que possui, isto é, segundo o gênero de conhecimento que sua mente é capaz de experienciar.

Spinoza destaca em E3P9 que “a mente, quer enquanto tem ideias claras e distintas, quer enquanto tem ideias confusas, esforça-se por perseverar em seu ser por uma duração indefinida, e está consciente desse seu esforço.” Esse aspecto é relevante, pois indica que, mesmo em estados de ignorância ou confusão, o ser humano não deixa de lutar por sua própria continuidade no existir. Contudo, a eficácia e a direção desse esforço variam conforme o tipo de ideias presentes. É nesse ponto que a advertência do Prefácio da Parte IV ressoa com força: “Chamo de servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos. Pois o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeito que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior.” Essa passagem crucial descreve a condição de servidão como a incapacidade de refrear os próprios afetos. Uma pessoa dominada por afetos que não compreende age impulsivamente, como se estivesse à mercê de forças externas, mesmo quando sua razão lhe indica outro caminho. Assim, a ignorância pode levar à servidão das paixões, enquanto as ideias adequadas ordenam os afetos e libertam o homem.

O esforço de perseverar no ser se expressa como apetite e desejo. No escólio da E3P9, Spinoza afirma que “entre apetite e desejo não há nenhuma diferença, excetuando-se que, comumente, refere-se o desejo aos homens à medida que estão conscientes de seu apetite.” O apetite é a inclinação básica, enquanto o desejo é o apetite acompanhado da consciência do indivíduo. Contudo, como Spinoza aponta no Prefácio da Parte IV, “[...] em geral, os homens desconhecem as causas de seus apetites. Pois, como já disse muitas vezes, os homens estão, de fato, conscientes de suas ações e de seus

apetites, mas desconhecem as causas pelas quais são determinados a apetecer algo.” Essa falta de clareza sobre as origens de nossos desejos nos impede de avaliá-los racionalmente e, conseqüentemente, de direcionar nosso *conatus* de forma eficaz. Vivemos muitas vezes iludidos pelas aparências, buscando objetos que imaginamos trazer prazer, sem entender as verdadeiras causas de nossa busca.

A ordenação dos afetos consiste, assim, não em suprimi-los, mas em conduzi-los pela luz da razão, como será melhor exposto nas proposições subsequentes. Spinoza, ao definir os afetos fundamentais (alegria, tristeza e desejo), mostra que os demais derivam desses três. Em E3P11, estabelece uma “relação” entre o corpo e a mente: “Se uma coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de agir de nosso corpo, a ideia dessa coisa aumenta ou diminui, estimula ou refreia a potência de pensar de nossa mente.” Ou seja, paralelismo psicofísico: o que acontece no corpo afeta a mente e vice-versa por correspondência. Portanto, a busca pelo aperfeiçoamento intelectual e a ordenação dos afetos são processos interligados. Em E4P3, ele reforça essa interdependência, ao afirmar que “A força pela qual o homem persevera no existir é limitada e é superada, infinitamente, pela potência das causas exteriores.” Essa proposição nos lembra da nossa vulnerabilidade e da constante influência que o mundo externo exerce sobre nós. Compreender essa limitação é o primeiro passo para não se deixar dominar por essas forças.

A mente busca naturalmente aquilo que aumenta sua potência de agir. Conforme a E3P12: “A mente esforça-se, tanto quanto pode, por imaginar aquelas coisas que aumentam ou estimulam a potência de agir do corpo.” A imaginação, nesse contexto, não é o oposto da razão, mas o seu ponto de partida. O homem, ao perceber que certas ideias o conduzem à tristeza, ou seja, à diminuição de sua potência de agir, tenderá a afastar-se dessas ideias e aproximar-se daquelas que o conduzem à alegria, isto é, a um aumento de perfeição.³ Em

E4P5, complementa essa ideia ao afirmar que “A força e a expansão de uma paixão qualquer, assim como sua perseverança no existir, são definidas não pela potência com que nos esforçamos por perseverar no existir, mas pela potência, considerada em comparação com a nossa, da causa exterior.” Isso significa que a intensidade e a duração de nossas paixões dependem mais da força das causas externas que as provocam do que da nossa própria força interior. a perseverança lúcida no ser, que culmina na alegria ativa da mente que compreende, isto é, na beatitude. Além disso, em E4P6 ele diz: “A força de uma paixão ou de um afeto pode superar as outras ações do homem, ou sua potência, de tal maneira que este afeto permanece, obstinadamente, nele fixado,” ilustrando o poder das paixões não reguladas. Um ódio persistente, por exemplo, pode consumir a energia de uma pessoa, impedindo-a de buscar o que realmente lhe é útil e de agir de forma racional.

A E4P7 oferece um princípio fundamental para essa ordenação: “Um afeto não pode ser refreado nem anulado senão por um afeto contrário e mais forte do que o afeto a ser refreado.” Isso implica que a razão, por si só, não basta para dominar as paixões. É necessário cultivar afetos ativos, nascidos da compreensão e do conhecimento, que sejam mais fortes do que as paixões. Por exemplo, o entendimento da natureza transitória das coisas e da interconexão entre todos os seres pode gerar um afeto ativo de serenidade que enfraquece o medo da perda. A ressignificação das paixões e a conquista de uma vida guiada por ideias adequadas dependem do uso da razão, o que exige o contínuo aperfeiçoamento do intelecto.

Em E4P20, Spinoza reforça a ligação entre o *conatus* e a virtude: “Quanto mais cada um busca o que lhe é útil, isto é, quanto mais se esforça por conservar o seu ser, e é capaz disso, tanto mais é dotado de virtude; e, inversamente, à medida que cada um se descuida do que lhe é útil, isto é, à medida que se descuida de conservar o seu ser, é impotente.” Agir virtuosamente, portanto, não é um ato de abnegação, mas a

sente-se incitado a procurar os meios que o conduzam a tal perfeição” (TIE, §13). Este desejo leva-o à beatitude, onde o indivíduo não apenas alcança um conhecimento intelectual da ordem natural, mas também se percebe submerso nessa ordem natural.

3 A busca pelo verdadeiro bem deve, então, se orientar para aquilo que é eterno e imutável, uma ideia que Spinoza reforça ao dizer que o homem, ao perceber suas fraquezas e limitações compreende a ordem natural, e se vê movido a buscar uma perfeição maior: “O homem concebe alguma natureza humana muito mais firme que a sua, vendo, ao mesmo tempo, que nada obsta a que adquira tal natureza,

própria expressão de um *conatus* que busca o que é verdadeiramente útil para o nosso bem-estar a longo prazo.

Em última análise, Spinoza mostra que o desejo humano não é um capricho volúvel, mas expressão da essência e da necessidade. Em E4P59 ele oferece uma perspectiva crucial sobre a possibilidade de libertação: “A todas as ações às quais somos determinados, em virtude de um afeto que é uma paixão, podemos ser determinados, sem esse afeto, pela razão.” Através do conhecimento e da compreensão das causas de nossos afetos, podemos transformar a maneira como somos afetados. Em vez de sermos passivamente impulsionados por uma paixão como a raiva, podemos, através da razão, compreender as causas dessa raiva e agindo de maneira construtiva, movidos por afetos ativos que expressam a razão, como a justiça e a determinação. Essa transformação dos afetos passivos em ativos é o cerne da liberdade spinozana. O desejo bem ordenado, instruído pela razão, é o próprio caminho para a liberdade, pois quanto mais uma pessoa age, mais se aproxima da sua natureza verdadeira e, por conseguinte, da beatitude.

A VIDA RACIONAL COMO CAMINHO PARA A BEATITUDE

Após explorarmos a intrínseca ligação entre o *conatus*, a ordenação dos afetos e o aperfeiçoamento do intelecto, emerge um caminho claro para a compreensão da vida plena em Spinoza: uma existência na qual a razão, ao modular e compreender os afetos, culmina no predomínio dos afetos ativos. Em E4P26 ilumina essa via ao afirmar que “Tudo aquilo pelo qual, em virtude da razão, nós nos esforçamos, não é senão compreender; e a mente, à medida que utiliza a razão, não julga ser-lhe útil senão aquilo que a conduz ao compreender”. A demonstração dessa proposição desvela a essência da busca racional. Spinoza nos lembra que o próprio esforço para perseverar no ser (*conatus*) é a essência de cada coisa. No caso da razão, sua essência reside na capacidade de compreender clara e distintamente. Portanto, quando nossas ações e nossos afetos são mediados pela razão, nosso esforço fundamental se direciona naturalmente para a atividade de compreender.

Essa busca pela compreensão não é um mero exercício intelectual abstrato, mas o

próprio fundamento da virtude, como Spinoza aponta na demonstração. O esforço da mente para perseverar em seu ser, acompanhado pela razão que compreende e transforma os afetos, é o esforço para compreender. E essa compreensão crescente, por sua vez, fortalece os afetos ativos, que são intrinsecamente úteis ao nosso ser.

É crucial notar que, para Spinoza, essa busca pela compreensão não é motivada por um fim externo ou por uma recompensa futura, como ele esclarece na demonstração da E4P25. Pelo contrário, a própria natureza da mente racional a leva a considerar como bom e útil apenas aquilo que nutre e expande sua capacidade de compreender, gerando, assim, afetos de alegria e amor intelectual. A compreensão se torna, assim, um fim em si mesmo, intrinsecamente ligada à realização da potencialidade da mente e à experiência de afetos ativos.

Nesse sentido, a vida racional se apresenta como o caminho para a beatitude, não como a supressão dos afetos, mas como um processo pelo qual os afetos passivos são progressivamente transformados em afetos ativos. Quanto mais a mente se dedica à compreensão da natureza, de si mesma e de Deus, mais ela se torna ativa e experimenta afetos que aumentam sua potência e seu contentamento. Essa atividade da mente, impulsionada pela razão na modulação dos afetos, é o que Spinoza associa à liberdade e à própria beatitude.

Na E5P7, o filósofo aprofunda essa ideia ao afirmar que “Desde que se tome o tempo em consideração, os afetos que provêm da razão ou que ela suscita são mais potentes do que aqueles que estão referidos a coisas singulares que consideramos como ausentes”. Spinoza explica que os afetos baseados na razão estão ligados às propriedades comuns das coisas, que são sempre presentes à nossa compreensão. Essa constância faz com que esses afetos racionais se tornem mais estáveis e, com o tempo, mais poderosos do que os afetos ligados a coisas singulares e mutáveis que imaginamos como ausentes. Isso reforça a ideia de que cultivar a compreensão e os afetos ativos contribui o aumento da potência humana.

Além disso, a E5P10 explica o poder da mente racional sobre o corpo: “Durante o tempo em que não estamos tomados por afetos

que são contrários à nossa natureza, nós temos o poder de ordenar e concatenar as afecções do corpo segundo a ordem própria do intelecto”. Spinoza argumenta que os afetos contrários à nossa natureza (os afetos passivos que nos impedem de compreender) enfraquecem a capacidade da mente de agir. Em contrapartida, quando a mente não está sob o domínio dessas paixões, ela possui a capacidade de organizar as experiências do corpo de acordo com a ordem lógica do intelecto, formando ideias claras e distintas e deduzindo umas das outras.

O Escólio dessa proposição é particularmente rico, oferecendo um guia prático para a vida racional. Spinoza sugere que, mesmo antes de atingirmos um conhecimento integral de nossos afetos, podemos estabelecer princípios corretos de vida, regras seguras baseadas na razão, e aplicá-los continuamente às situações cotidianas. Essa prática constante grava essas regras em nossa imaginação, tornando-as mais acessíveis e influentes em nossas reações. O exemplo de combater o ódio com o amor e a generosidade ilustra como a razão pode direcionar nossos afetos de maneira construtiva. Ao internalizarmos os benefícios da virtude e da compreensão da necessidade da natureza, os afetos passivos tendem a perder sua força.⁴

Assim, a vida racional, nutrida pela busca constante da compreensão e pela aplicação dos princípios da razão na ordenação de nossos pensamentos e afetos, emerge como o caminho para a beatitude. Não se trata de uma existência ascética e desprovida de afetos, mas de uma vida onde os afetos são ordenados pela clareza da razão, tornando-se fontes de alegria e fortalecimento de nossa potência de agir e compreender. À medida que nossa mente e nossos afetos se fortalecem pela compreensão racional, nos aproximamos cada vez mais da beatitude. A razão, portanto, não anula a afetividade humana, mas a eleva e a direciona para a realização de seu potencial.

Dessa forma, a verdadeira felicidade, ou beatitude, em Spinoza, é uma experiência que advém da união da mente com a Natureza inteira. Quando o *conatus* é guiado pelo intelecto e orientado pelo conhecimento adequado, ele se conforma à ordem necessária da Natureza, levando em consideração tanto os afetos passivos, que nos sujeitam às influências externas, quanto os afetos ativos, que aumentam nossa potência de agir e nos aproximam da verdadeira liberdade. Esse aperfeiçoamento, que envolve o conhecimento adequado de si mesmo, é inseparável do conhecimento de Deus, pois compreender a própria essência é reconhecer seu lugar no plano de imanência que constitui a realidade. Finalmente, a busca pelo conhecimento torna-se um caminho vital para experimentar a verdadeira beatitude.



4 “Portanto, o melhor que podemos fazer, enquanto não temos um conhecimento perfeito de nossos afetos, é conceber um princípio correto de viver, ou seja, regras seguras de vida, confiá-las à memória, e aplicá-las continuamente aos casos particulares que, com frequência, se apresentam na vida, para que nossa imaginação seja, assim, profundamente afetada por elas, de maneira que estejam sempre à nossa disposição.” (E5P10 Esc).

REFERÊNCIAS

SPINOZA, Benedictus de. **Tratado da reforma do intelecto**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2. ed. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

